

CAMPESINATO E MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA: AVANÇOS E CONTRADIÇÕES NO LIMIAR DO SÉCULO XXI

PEASANTRY AND MODERNIZATION OF AGRICULTURE: ADVANCES AND CONTRADICTIONS ON THE THRESHOLD OF THE 21ST CENTURY

JOSÉ NOVAIS DE JESUS

Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG) – Instituto de Estudos Socioambientais (IESA). Professor da Universidade Estadual de Goiás (UEG) – Campus Quirinópolis.
novaisdejesus@yahoo.com.br

TIAGO MANOEL VIEIRA

Graduando em Geografia pela Universidade Estadual de Goiás (UEG) - Campus Quirinópolis.
tiago_vieira2011_123@hotmail.com

Resumo: O presente artigo aborda acerca das lutas históricas do campesinato no Estado de Goiás e os processos migratórios impulsionados pelas inovações tecnológicas no campo. Essa expansão da agricultura empresarial e capitalista promoveu de forma significativa a destruição das unidades camponesas, redefinindo uma nova reconfiguração produtiva do território, viabilizou a intensificação e a concentração da estrutura fundiária e passou a eleger as principais culturas como soja, café, algodão, cana-de-açúcar para atender as demandas do mercado externo. Os impactos socioambientais continuam chamando atenção de estudiosos, dos trabalhadores e movimentos sociais do campo. No decorrer da construção deste artigo foram feitos estudos e levantamentos bibliográficos referentes às questões pertinentes á problemática do campo (os desafios de permanecer na terra, mas, também, as possibilidades que existem no espaço rural). Bem como a utilização de literatura agrária para entender as contradições do modelo de desenvolvimento no campo. O avanço do campesinato e o fortalecimento das lutas e mobilizações dos movimentos sociais no Brasil. Constata também que os assentamentos rurais promovem uma dinâmica econômica nos municípios beneficiados com os projetos da reforma agrária. A geração de emprego e renda no campo por meio dos assentamentos rurais traz a paz e justiça social para o espaço rural.

Palavras-chave: Campesinato. Modernização do campo. Migração e Empobrecimento do campo.

Abstract: The present paper tackles the issue of peasantry through history in the state of Goiás and the migratory processes triggered by technological innovations in the countryside. Such expansion of commercial and capitalist agriculture has significantly promoted the destruction of peasant units, redefining a new productive system in the territory, enabling both the intensification and concentration of land-holding structure and contributed to growing soybean, coffee, cotton, sugar cane to meet the demands of foreign market. The social and environmental impact still deserve the attention of scholars, workers and social movements in the countryside. Throughout this paper, we performed studies and bibliographic researches regarding countryside-related issues (the challenges of remaining in the land, but also, the possibilities that exist in the rural space) and also the use of agrarian literature to understand the contradictions of the countryside development model. The advance of peasantry and the strengthening of struggles and mobilizations of social movements in Brazil. We also report that rural settlements promote economic dynamics in the cities benefited from projects of the land reform. Job and income generation in the countryside through rural settlements bring peace and social justice for the rural space.

Keywords: Peasantry. Modernization of the Countryside. Migration and Poverty in the Countryside.

INTRODUÇÃO

Levando em consideração os avanços nas últimas décadas têm marcado um processo de lutas deflagrado pelos movimentos sociais no campo, o presente trabalho tem como objetivo refletir acerca da questão agrária brasileira e no Estado de Goiás. As profundas desigualdades existentes no espaço rural demonstram as consequências da concentração fundiária.

A intensificação das ocupações faz parte das estratégias dos trabalhadores camponeses, a fim de instigar o Estado a promover a efetiva reforma agrária. Diante desses dilemas, o campesinato passa por profundas mudanças em função da expansão do setor agroindustrial.

A luta dos trabalhadores rurais persiste na busca de alternativas e superação dos desafios para continuar com seu modo de vida – tendo uma participação relevante na produção de alimentos, sendo o principal responsável para o abastecimento do mercado interno.

A expansão do agronegócio tem promovido a desarticulação das práticas camponesas, substituindo um modo de vida, impondo seus padrões da modernização da agricultura e estimulando a migração campo-cidade. Por isso, a luta pela reforma agrária ressurgiu da contradição das desigualdades no campo.

As lutas dos trabalhadores rurais persistem na busca de alternativas e superação dos desafios para continuar com seu modo de vida. Além de ter uma participação relevante na produção de alimentos, sendo o principal responsável para o abastecimento do mercado interno.

Em primeiro lugar, será enfatizado sobre o Campesinato e as novas transformações no campo brasileiro impulsionada pela modernização agrícola. No próximo item discutirá a luta pela terra e a recriação do campesinato no Brasil e em Goiás. O objetivo desta reflexão é analisar as estratégias dos movimentos sociais para e os desafios para permanecer no campo.

CAMPESINATO E AS NOVAS TRANSFORMAÇÕES NO CAMPO BRASILEIRO

A formação do espaço agrário brasileiro foi marcada por profundas desigualdades e contradições, com a intensificação da criação das grandes propriedades com ênfase na produção para exportação. As inovações tecnológicas impulsionaram a migração de milhares de camponeses, forçados a sair do campo.

A expansão da agricultura empresarial tem se destacado com o aumento da produtividade, mas, em contrapartida, não tem promovido distribuição de renda. De modo que a prática desse modelo aprofunda ainda mais as desigualdades no espaço rural. Como afirma Fernandes e Molina (2004, p.70):

O aumento da produtividade dilatou a sua contradição central: a desigualdade. A utilização de novas tecnologias tem possibilitado, cada vez mais, uma produção maior em áreas menores. Esse processo significou concentração de poder e – consequentemente -- de riqueza e de território. A expansão de territorialidade da agricultura capitalista amplia o controle sobre as relações sociais e o próprio território, agonizando as injustiças sociais.

Esse modelo de desenvolvimento adotado pelo capitalismo para viabilizar a reprodução da agricultura empresarial tem como contradição o aumento das injustiças sociais, a destruição das pequenas unidades camponesas e o aumento da mão de obra assalariada no campo.

Neste sentido, essa expansão da agricultura empresarial e capitalista promoveu de forma significativa a destruição das unidades camponesas, redefinindo uma nova reconfiguração produtiva do território, viabilizou a intensificação e a concentração da estrutura fundiária e passou a eleger as principais culturas como soja, café, algodão, cana-de-açúcar para atender as demandas do mercado externo, ou seja, o Brasil priorizou a produção para exportação. Para Matos (2012, p.218):

Apropriação e o uso do território pelo agronegócio no Sudoeste Goiano podem ser percebidos claramente na paisagem. Na paisagem, é possível perceber não apenas as formas visíveis, mas também os cheiros, os gostos, a textura e os sons, provenientes do processo produtivo do agronegócio no Sudoeste Goiano. Sente-se o cheiro, ou melhor, o mau cheiro dos agrotóxicos, dos fertilizantes do processamento da cana-de-açúcar, de longe, em vez dos cheiros dos frutos e das flores do Cerrado. Os sons das máquinas agrícolas (tratores, colheitadeiras, pulverizadores) em lugar dos sons dos cantos dos pássaros, da sinfonia das folhas das árvores do Cerrado.

O Estado de Goiás tem se destacado como território apropriado e atrativo para os investidores do agronegócio, conforme mencionado pela referida autora, podem-se constatar as transformações ocorridas no sudoeste goiano por meio da paisagem modificada– além de características visíveis como sons, cheiros que são marcas do processo produtivo do agronegócio.

A intensificação das atividades produtivas do setor agroindustrial tem chamado a atenção de pesquisadores, movimentos sociais do campo e outros, em função dos crescentes impactos socioambientais. As contradições aparecem de várias maneiras, como por exemplo na destruição de nascentes de água, da vegetação nativa e do enfraquecimento da agricultura

camponesa, ou seja, esse modelo representa uma ameaça para o desaparecimento total do Cerrado. Como afirma Matos (2012, p.219):

Na implantação da agricultura moderna, os espaços prioritários para investimentos de capital no Cerrado foram às áreas de chapada, ou chapadões. Pela planura de relevo, as chapadas são ideais, especialmente para aquelas culturas nas quais se tem maior capacidade de mecanização, como a soja e o milho. As chapadas também são dotadas de excelentes recursos hídricos, que possibilitam a irrigação de culturas no período seco (de maio a setembro). Assim, os fatores físicos foram muito importantes para a expansão da fronteira agrícola, pois, ao se apropriar, o capital não tem interesse apenas na terra, mas também ela contém de outros recursos naturais (água, relevo, clima), que podem proporcionar maior agregação de valor a produção.

Com essa riqueza de recursos naturais, o Cerrado, então, passa a oferecer melhores condições para o desenvolvimento da agricultura moderna, como afirma a autora acima citada, quando aborda o tema da abundância de recurso hídricos, primordial para a prática agrícola na produção de alta escala, terras planas que facilitam a utilização de maquinários pesados no preparo do solo até a colheita.

Vale ressaltar também que os agricultores camponeses foram vítimas da modernização conservadora da agricultura, sendo em uma situação de vulnerabilidade –

A agricultura camponesa passou enfrentar muitos desafios principalmente no que tange a permanência no campo. Desse ponto de vista, pode-se, então, afirmar que o campesinato persiste ao se recriar, conforme a dinâmica da sociedade capitalista, como diz Moreira (1999, p.100):“Enquanto camada social (não extinta, mas sim recriada) em processo de reprodução a solução da questão fundiária também passa pela participação política do campesinato dentro da sociedade capitalista”.

Diante desses dilemas, o campesinato passa por profundas mudança sem função da expansão do setor agroindustrial. Frente à nova conjuntura, repensar o papel do campesinato no campo brasileiro é também pensar no enfrentamento com o agronegócio, as disputas, os conflitos por terra e assim compreender como a organização territorial permitiu um desenvolvimento contraditório e desigual por criar tantas injustiças sociais em detrimento das camadas menos favorecidas.

Neste sentido, a luta histórica do campesinato goiano tem demonstrado força e resistência frente à ampliação do latifúndio nas últimas décadas. Essas lutas podem ser percebidas nas várias ocupações de terra que ocorreram no início da década de 1990 em diversos municípios goianos. As lutas dos camponeses reivindicavam reforma agrária e melhores condições para as famílias assentadas e agricultores tradicionais.

Conforme preceitua o Artigo 186 da Constituição Federal de 1988 a função social da propriedade conceitua-se:

- I aproveitamento adequado;
- II Utilização adequada dos recursos naturais e preservação do meio ambiente
- III observância das disposições que regulam as relações de trabalho;
- IV exploração que favoreça o bem estar dos proprietários e dos trabalhadores.

A agricultura camponesa também tem preocupação com a preservação do seu modo de vida, com os recursos naturais, como afirma Feliciano (2006, p.44): “na atualidade, os movimentos sociais começaram também a refletir sobre outros critérios estabelecidos no artigo 186, como a utilização adequada dos recursos naturais e preservação do meio ambiente e as relações trabalhista”.

O Cerrado apresenta um bioma frágil e, por isso, o agronegócio em Goiás tem causados impactos significativos, o que tem provocados a degradação ambiental. Vale ressaltar que o artigo 186 da Constituição Federal de 1988, estabelece o uso sustentável dos recursos naturais como também a preservação do meio ambiente.

Outro fator importante mencionado é como as relações de trabalho no campo mudaram com a chegada da modernização da agricultura, como causadora da desestruturação da agricultura camponesa, fazendo com que muitos camponeses se tornassem mão de obra assalariada nas grandes propriedades. Conforme Oliveira (2007, p.131):

Desta forma, o capital trabalha com o movimento contraditório da desigualdade no processo do seu desenvolvimento. Ou seja, no caso brasileiro o capitalismo atua desenvolvendo simultaneamente, na direção da implantação do trabalho assalariado no campo em várias culturas e diferentes áreas do país, como ocorre, por exemplo, na cultura da cana-de-açúcar, da laranja, da soja, etc. Mas, por outro lado, este mesmo capital desenvolve de forma articulada e contraditória a produção camponesa. Isto quer dizer que parte-se também, do pressuposto de que o camponês não é um sujeito social de fora do capitalismo, mas sim, um sujeito social de dentro capitalismo.

Este movimento desigual e contraditório do capitalismo promove o trabalho assalariado no campo, as novas mudanças impostas pelo capitalismo forçam o camponês se inserir na lógica do mercado.

Vale salientar que a produção camponesa deve levar em consideração o seu modo de vida, visando a buscar preferivelmente a sobrevivência e não o lucro. Porém, com a expansão do capitalismo no campo, diferentes formas na dinâmica camponesa são criadas. Segundo Oliveira (2007, p.40):

Sabe-se que a sobrevivência é o limite para a produção camponesa no campo, e não o lucro médio. No trabalho camponês, uma parte da produção agrícola entra no consumo direto do produtor, do camponês, como meio de subsistência imediata, e a outra parte, o excedente, sob forma de mercadoria, é comercializada.

Vale salientar, que na produção camponesa, uma parte da produção é destinada para o consumo e a outra parte da produção, o excedente, se torna mercadoria. A subordinação da

agricultura camponesa pelo capital submete os camponeses na dependência do mercado, o abandono das suas práticas culturais e o enfraquecimento do campesinato em função da intensificação da ampliação da agroindústria.

Em suma, percebe que o campesinato ainda resiste por meio das manifestações, das lutas e resistências pela permanência na terra. As buscas de alternativas desenvolvidas pelos camponeses como estratégias para superação dos desafios para continuar no campo. A contradição persiste na desagregação das unidades camponesas, mas ao mesmo tempo a resistência camponesa se fortalece na consolidação do campesinato.

A LUTA PELA TERRA E A RECRIAÇÃO DO CAMPESINATO

A recriação do campesinato no Brasil e em Goiás se dá por meio das ocupações de terra e da luta pela reforma agrária. As últimas décadas vêm demonstrando que a atuação e mobilizações dos movimentos sociais no campo têm contribuído significativamente para intensificar o debate em torno da criação de políticas públicas para os camponeses. Por isso, o campesinato se re(cria) e se fortalece a partir das novas estratégias que são construídas através das relações capitalistas e não capitalistas na contemporaneidade.

As estratégias de permanência na terrasão diversas, como afirma Souza (2015 p. 113): “como as estratégias não são estáticas, compreendemos que elas sofreram metamorfoses, e isso contribui para entender as novas relações e novas práticas sociais que os camponeses estabelecem com o uso do espaço”. Com isso, as transformações que ocorrem impostas pelo modo de produção capitalista fazem surgir diferentes lógicas de resistência no campo.

A espacialização do campesinato vem se ampliando com os assentados rurais que são construídos em função da luta pela terra, bem como afirma Feliciano (2006, p. 104):

A ocupação, além de apresentar essas diferenças nas frentes de luta camponesas pelo acesso à terra, recentemente adquiriu uma projeção mais político-jurídico sobre sua concepção, devido à repercussão das ações do movimento camponês, representado principalmente pelo MST.

As ocupações são ações coletivas que permitem trabalhadores se organizarem para ocupar propriedades improdutivas com o objetivo de pressionar o Estado a tomar consciência da situação fundiária do país. Assim, a estratégia visa a promover a união dos camponeses para a efetiva realização da reforma agrária.

A falta de uma política agrícola que possa atender principalmente aos trabalhadores sem terra no Brasil tem feito ressurgir a luta organizada por meio dos diversos movimentos

sociais do campo, como Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), que na atualidade tem contribuído para o debate da reforma agrária. De acordo com Feliciano (2006):

Os acampamentos rurais sempre são vistos como algo incômodo, que interfere nas situações já estabelecidas da sociedade local, regional e até nacional. Em algum momento, o Estado deve se manifestar e, na maioria das vezes, seu posicionamento volta-se para garantir a manutenção do status quo. Mesmo quando se posiciona a favor dos fazendeiros, é responsabilidade do Estado o destino dessas famílias. Não basta apenas despejá-las de uma área para outra, sabe-se que assim estar-se-á apenas protelando uma resolução. Trata-se até de uma estratégia de atuação. E é pelo fato de os movimentos sempre estarem pressionado e reivindicado que conseguem atuações pontuais do Estado.

Os assentamentos rurais ainda são compreendidos como incômodo por parte da sociedade, ainda se manifesta muito preconceito contra os acampados e assentados da reforma agrária. O Estado sempre advoga em defesa dos fazendeiros, não se importando com a situação das famílias vítimas de despejos das áreas ocupadas.

Por isso, os movimentos sociais do campo têm se preocupado com a conscientização da sociedade referente à questão da terra no Brasil. A concentração fundiária brasileira é a principal responsável pelos conflitos no campo na atualidade. Sem a reforma agrária, a luta dos trabalhadores sem terra continua e, da mesma forma, são aumentados cada vez mais os confrontos entre sem terra e fazendeiros.

Para neutralizar as ações dos movimentos sociais do campo e evitar o avanço da reforma agrária no Brasil, foram criados mecanismos políticos e jurídicos com o objetivo de impedir as ocupações das propriedades improdutivas, conforme Caume (2006, p. 30):

Para contrapor aos agentes políticos promotores da luta social pela reforma agrária, em especial o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o governo federal engendrou medidas que visam, em última instância, despolitizar a questão agrária no Brasil. Com essa intenção, promoveu a reiterada criação de instrumentos outros de acesso à terra (em especial, os programas “Cédula da Terra” e “Banco da Terra”, formulados, respectivamente, em 1997 e 1998), que se contraporiam à “desapropriação por interesse social”, como mecanismo privilegiado de execução da política de reforma agrária. Além disso, a própria aquisição de terras a preços de mercado vem sendo utilizada. Cristaliza-se o entendimento de que o “programa de assentamento” não visa a uma reestruturação fundiária do país conduzida pelo próprio Estado, o que significaria uma transformação nas relações de poder na sociedade brasileira, mas tão-somente criar condições seletivas de acesso à terra a possíveis demandantes.

A estratégia criada pelo governo federal tinha como objetivo despolitizar as ações dos movimentos sociais do campo em prol da reforma agrária, ou seja, criando instrumentos como os programas Cédula da Terra e Banco da Terra, ambos criados nos anos de 1997 e 1998 no

então governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, para impedir a desapropriação de propriedade que viesse ser ocupada, e assim barrar qualquer tentativa ocupação de latifúndio.

Nesse sentido, a questão da reforma agrária, não está na pauta política nacional, mas isso não enfraquece o luta dos movimentos sociais, uma vez que novas estratégias são desenvolvidas além das ocupações e políticas públicas são reivindicadas para garantir acesso e permanência na terra. A respeito da questão relacionada com o crescimento do agronegócio, Cleps Junior (2010, p.46) afirma:

Em resultado ao forte crescimento do agronegócio, bem como de atividades produtivas relacionadas ao setor, as políticas públicas impulsionaram a expansão da produção de grãos exportáveis para a fronteira econômica ou incorporação recente, sobretudo do milho e da soja, principalmente nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte do Brasil. No entanto, a área produtiva incorporada pela expansão do agronegócio tem sido desproporcionalmente pequena em comparação com o território “improdutivo” controlado pelo sistema. Ainda é elevada a proporção de terras não utilizadas e, segundo dados do Sistema Nacional de Cadastro Rural de 2003, apenas cerca de metade, ou seja, 49% (420,4 milhões de hectares) dos imóveis estão cadastrados pelo órgão e 20% (170 milhões de hectares) são formados por terras devolutas.

Com a interrupção da reforma agrária, surgem as políticas públicas beneficiando o setor do agronegócio, especialmente a produção de grãos para exportação a cana-de-açúcar também vem ganhado destaque no sudoeste goiano. Os dados também mostram milhões de hectares de terras que são devolutas sem cumprir nenhuma função social.

A reforma agrária no país vem perdendo a sua prioridade em função da expansão do setor agroindustrial, ou seja, o agronegócio está ampliando seu território e com isso promovendo a desarticulação das práticas camponesas e causando também impactos socioambientais, sem contar que são responsáveis pela migração dos povos do campo para os centros urbanos.

Diante deste cenário, o fortalecimento da estrutura fundiária impõe uma nova lógica, impulsiona o crescimento do agronegócio, o aumento dos conflitos no campo (os assassinatos de camponeses e indígenas tem aumentado significativamente nas últimas décadas no Brasil). As lutas nos últimos anos têm marcado a história do movimento camponês pelo direito à terra, educação, democracia, moradia, assistência técnica, crédito agrícola e garantia de preços mínimos. Para Feliciano (2006, p. 201):

O meio rural/agrícola brasileiro possui importância notável. O Brasil possui uma das maiores áreas agricultáveis do mundo: é o país que possui o maior potencial de expansão da fronteira agrícola; está entre os maiores produtores mundiais dos principais produtos agropecuários; a exportação de produtos agrícolas e seus derivados representa parcela importante da balança comercial; a população rural concentra quase 50 milhões de pessoas, sendo que cerca de 30 milhões de pessoas

compõem a população economicamente ativa no campo. Ao lado de tecnologias e práticas tradicionais e ultrapassadas, o país apresenta um perfil tecnológico de última geração em termos de exploração agropecuária, sendo pioneiro em avanços tecnológicos para regiões tropicais. Além disso, está ocorrendo um processo de reestruturação produtiva intenso e regido pelo mercado globalizado, que define suas características econômicas e sociais.

Somam-se à vocação que o Brasil possui para a atividade agrícola os privilegiados recursos naturais para, por um lado, desenvolver uma tecnologia de uma última geração e, por outro, colocar o país no cenário internacional como um dos principais celeiros da produção de grãos no mundo. Não obstante, a contradição se manifesta no ressurgimento dos conflitos sociais no campo.

Os assentamentos rurais promovem uma dinamicidade econômica nos municípios beneficiados com os projetos da reforma agrária. As pequenas unidades camponesas têm destaque nacional na produção de alimentos para o país. Fortalecer a produção familiar deve se fundamentar num projeto de soberania alimentar e de segurança nacional. A geração de emprego e renda no campo por meio dos assentamentos rurais traz a paz e justiça social para o espaço rural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se constatar que mesmo com expansão do agronegócio o campesinato ainda persiste nas mais variadas lutas e resistências deflagradas pelos movimentos sociais do campo. As inovações tecnológicas substituíram as práticas camponesas e promoveram a subordinação dos camponeses à lógica capitalista.

As contradições têm demonstrado os distintos interesses entre o agronegócio e agricultura camponesa, uma vez que as pequenas unidades agrícolas contribuem significativamente para a produção de alimentos para o abastecimento do mercado interno. Apesar de não receber a devida atenção por parte dos órgãos públicos, as atividades produtivas na agricultura familiar têm positivamente gerado renda e empregos no campo.

O fortalecimento do campesinato vem se dando pelo engajamento dos movimentos sociais, e a criação de políticas públicas para garantir o acesso a terra e a permanência no campo. A dificuldade que os camponeses têm encontrado faz com que muitos abandonassem o campo e fossem para os centros urbanos. Por fim, as ocupações de terras, as manifestações é uma demonstração de que o diverso movimento social vem ganhando espaço neste limiar do século XXI.

REFERÊNCIAS

CAUME, David José. **O MST e os assentamentos de reforma agrária: a construção de espaços sociais modelares.** Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo; Goiânia: Ed. da Universidade Federal de Goiás, 2006. 304p.

CLEPS, Junior J. Questão agrária, estado e território em disputa: os enfoques sobre o agronegócio e a natureza dos conflitos no campo brasileiro. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SANTOS, Roseli Alves dos. (Org.). **Geografia agrária, território e desenvolvimento.** São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 35-54.

FELICIANO, Carlos Alberto. **Movimento camponês rebelde: a reforma agrária no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2006.205p.

FERNANDES, Bernardo Mançano; Molina, Mônica Castagna. O campo da educação do Campo. In: MOLINA Mônica Castagna; JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de.(Org.).**Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo.** Brasília, DF: Articulação Nacional “Por uma Educação do Campo”, 2004. p. 53-89. (n. 5).

MATOS, Patrícia Francisca de. As transformações do agronegócio no cerrado do sudoeste goiano. In: CHELOTTI, Marcelo Cervo et al. (Org.). **Geografia agrária e diversidades territoriais do campo brasileiro.** Uberlândia: Assis Editora, 2012. p. 215-236.

MOREIRA, José Roberto. **Agricultura familiar: processos sociais e competitividade.** Rio de Janeiro: Muad: UFRRJ, 1999.204p. (Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade)

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária.** São Paulo: Labur Edições, 2007. 184p.

SOUZA, Edevaldo Aparecido. **Patrimônio imaterial: relações socioculturais camponeses em Pedra Lisa.** Uberlândia: ed. do Autor, 2015. p. 216.